

RESUMO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SETEMBRO DE 2007 a DEZEMBRO DE 2007

A Importância da construção de sentidos na formação do Professor-Leitor

Autor:

ANTONIO
CARLOS DA
SILVA

Data da defesa:
17/09/2007

Orientador(a)

Maria Emilia
Borges Daniel
(UFMS)

Banca

Examinadora:
Prof^a. Dr.^a Alda

Maria do
Nascimento

Osório (UFMS)
Prof^a. Dr.^a

Fabiany de
Cássia Tavares
Silva (UFMS)

RESUMO

Este trabalho tem como tema a importância da Semiótica na formação do professor-leitor e teve origem a partir de discussões prévias, em sala de aula da graduação, a respeito do tipo de formação que deve ter o professor egresso do curso de Letras para lidar com o novo Livro Didático (LD) e suas multilinguagens. O objetivo geral desta pesquisa é procurar compreender como as competências e habilidades sócio-discursivas contribuem, sobremaneira, para a formação de um docente capaz de lidar competentemente com as diversas linguagens presentes no LD de língua portuguesa. Para tanto, utilizamos de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo com a aplicação de questionários a dois grupos diferentes de egressos do curso de Letras da UNESC/RO - o primeiro, formado por 10 professores que colaram grau entre os anos de 1991 e 2000, e o segundo, por 10 egressos formados nos anos compreendidos entre 2001 e 2006. Os dados quantitativos e qualitativos foram compilados em tabelas e, sistematicamente, explicados no quarto capítulo com a finalidade de mostrar a prática de leitura dos professores e como eles vêem a Semiótica como instrumento dessa prática. O principal referencial teórico que deu sustentação ao trabalho baseou-se em Peirce (2000), Santaella (2004), Soares (2001) e outros com o intuito de compreender como se dá o fenômeno da leitura, especialmente, aquela em que o professor-leitor se vê obrigado a ler textos produzidos a partir da união entre o verbal e o não-verbal. A pesquisa revelou que, em sua maioria, os professores-leitores, especialmente, os do primeiro grupo, não estão preparados para lidar, semioticamente, com a leitura do novo livro didático e sua multilinguagem.

PALAVRAS-CHAVE: semiótica, professor-leitor, livro didático, multilinguagem.

A(s) política(s) para a formação continuada de professores na Rede Municipal de Ensino de Dourados / Mato Grosso do Sul (1997-2004)

<p><i>Autor:</i> SONIA SOLANGE FERREIRA VASCONCELOS</p> <p><i>Data da defesa:</i> 20/09/2007</p> <p><i>Orientador(a):</i> Sílvia Helena Andrade de Brito (UFMS)</p> <p><i>Banca Examinadora:</i> Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza (UNINOVE) Profª. Dr.ª Maria Dirléia Espindola Fernandes (UFMS)</p>	<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>As reformas implantadas pelo Estado neoliberal nos anos de 1990 influenciaram profundamente as mudanças no rumo das políticas públicas e principalmente as políticas voltadas para o sistema educacional. Tendo em vista essa situação, o papel do professor ganhou centralidade nas políticas educacionais do Estado brasileiro. Nesse contexto, a presente pesquisa visa a analisar as ações voltadas para a formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, entre 1997 e 2004, abrangendo duas gestões públicas municipais (1997 a 2000, governo Brás G. Melo e 2001 a 2004, governo José Laerte C. Tetila). Para a compreensão do objeto deste estudo, foram utilizados os seguintes procedimentos: a pesquisa bibliográfica, para dar o suporte teórico às temáticas e discussões envolvidas e a análise documental, para o levantamento das ações efetivadas pelo poder público municipal em Dourados, o que permitiu realizarmos um mapeamento para caracterizar como e quais atividades foram realizadas no decorrer desse período, e as concepções que permearam as ações de formação continuada. Concluindo, as políticas de formação continuada no município de Dourados, entre 1997 e 2004, por um lado, estiveram afinadas com os projetos e intenções do governo central nessa área, na maior parte desse período, sendo a única exceção o momento histórico abrangido pela primeira parte da gestão Tetila, entre 2001 e 2003. Por outro lado, essas políticas não apresentaram continuidade em seus pressupostos e buscaram implantar e equalizar os projetos inerentes aos projetos desenvolvidos por cada um dos três gestores que estiveram à frente da Secretaria Municipal de Educação nesses anos.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Estado, políticas públicas, formação continuada de professores</p>
---	---

História da disciplina Língua Espanhola expressa nas Leis e na Cultura Escolar do Colégio “Maria Constança” em Campo Grande-MT (1953-1961)

<p><i>Autor:</i> ROSANA SANT'ANA DE MORAIS</p> <p><i>Data da defesa:</i> 28/09/2007</p> <p><i>Orientador(a):</i> Profª. Dr.ª Eurize Caldas Pessanha (UFMS)</p> <p><i>Banca Examinadora:</i> Profª. Dr.ª Deise Cristina de Lima Picanço (UFPR) Profª. Dr.ª Sílvia Helena Andrade de Brito (UFMS)</p>	<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>São objetivos deste trabalho: compreender como uma disciplina escolar – a Língua Espanhola – é introduzida no currículo das escolas brasileiras e, mais especificamente, identificar quais as finalidades propostas pelos legisladores para tal disciplina e como se deu sua aceitação ou rejeição na escola, a partir de sua configuração em uma determinada escola, a saber o Colégio Maria Constança, nome pelo qual é conhecido atualmente, o, então, Colégio Estadual Campo-Grandense, de 1953 a 1961. Trata-se, portanto, de um estudo histórico que se justifica por trazer à tona os conflitos, as disputas, as resistências e as inércias no processo de composição da grade curricular ao longo da escolarização e, conseqüentemente, a posição da disciplina Língua Espanhola nesse contexto. Afirma-se que implicações históricas e sociais são consideradas pela instância político-administrativa, quando determina vários aspectos relacionados ao currículo, entre eles, a escolha das disciplinas escolares que nele serão incluídas. Defende-se também que a escola é um lugar de cultura própria ou cultura escolar, ou seja, tem uma dinâmica interna que reelabora os valores, normas e práticas da sociedade mais ampla e, também, a determinações da instância administrativa do sistema educacional. Com esses pressupostos, foi analisada a disciplina escolar Língua Espanhola no que se refere a sua constituição e finalidades, bem como sua aceitação (ou não) pela escola, sem perder de vista que ela faz parte de um currículo que tem também sua própria conformação e seus conflitos. São expressões da cultura escolar, evidenciadas tanto no campo político administrativo, quanto nos modos de pensar essa disciplina por alunos e professores. Com base na análise da legislação e de Projetos de Lei do período proposto, são apresentadas as finalidades que presidiram a sua constituição. Na escola, foram analisadas fontes primárias como matrizes curriculares, lista do corpo docente em exercício, fichas individuais de notas de alunos, diários de classe, que comprovaram a existência dessa disciplina e registraram algumas de suas rotinas, bem como relatórios e atas de inspeção e de reunião de professores que tratavam tanto da rotina escolar mais ampla, como do funcionamento da disciplina em questão. Também se fez necessária a utilização de questionários e entrevistas com professores e alunos, para incorporar a visão desses atores a respeito da língua estrangeira no currículo. Concluiu-se que o desprestígio da língua espanhola não passa somente pela questão social mais ampla, que pode ser chamada de preconceito com os países de origem da língua; mas também, e principalmente, pela cultura escolar, incluindo-se aí a formatação do currículo, que indica uma hierarquia entre as disciplinas, e a apropriação do saber pelo aluno, bem como a importância que ele atribui aprendido de cada disciplina para o seu posterior progresso no sistema educativo.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: História, Língua Espanhola, Disciplinas Escolares, Currículo</p>
---	--

A história dos professores de espanhol nas fronteiras

<p><i>Autor:</i> SUZANA VINICIA MANCILLA BARREDA <i>Data da defesa:</i> 03/10/2007 <i>Orientador(a):</i> Prof^a. Dr. ^a Eurize Caldas Pessanha (UFMS) <i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^a. Dr. ^a Laurizete Ferragut Passos (PUC/SP) Prof^a. Dr. ^a Alda Maria do Nascimento Osório (UFMS) Prof^a. Dr. ^a Maria Emilia Borges Daniel (UFMS)</p>	<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>Esta pesquisa propõe-se a contar a história dos professores de Espanhol em Campo Grande Mato Grosso do Sul, percorrendo um território fronteiriço, no sentido que permite a interpretação subjetiva de fronteira que, neste trabalho foi definida como <i>Fines</i>, fronteira e território, por onde transita o professor de Espanhol carregado dos seus signos e significados. Para tanto, o apoio conceitual de Bourdieu, foi fundamental na delimitação do espaço e na concepção simbólica das representações dos sujeitos da pesquisa. Da mesma forma, Nôvoa, Pérez Gómez e Gimeno Sacristán e Marcelo García são referências importantes no desenvolvimento da pesquisa e no diálogo que se estabelece com as vozes dos professores. Para contar a história dos professores de Espanhol em Campo Grande, foram entrevistados 06 professores com bastantes anos de experiência na docência na área, sendo 05 são licenciados em outras áreas e 01 habilitado em Espanhol. Quanto à origem, 03 são imigrantes de países hispano falantes e 03 são brasileiros, um deles identificado como espanhol por ter morado a maior parte da sua vida na Espanha. Esses professores participaram de uma entrevista semi-estruturada, gravada e posteriormente transcrita. Os resultados da pesquisa são apresentados em três partes: a primeira delas situa os sujeitos, nas fronteiras culturais, lingüísticas e simbólicas; num segundo momento, são apresentados tanto o lócus do professor de Espanhol como as instituições formadoras desse profissional, mediados pela constituição identitária da língua, na sua diversidade e complexidade. Por fim, por meio das vozes dos professores caminha-se pelo território fronteiriço onde estão em jogo os sistemas simbólicos dos sujeitos, do território por onde eles transitam e o contexto institucional que os identifica como professores habilitados e "professores nativos". Concluiu-se que a institucionalização da Língua Espanhola em Campo Grande é influenciada, em parte, pelos seus professores, quando se observa que os professores em exercício são profissionais que estão ocupando o mercado de trabalho, como dito anteriormente, muitos deles sem uma titulação correspondente, mas que exercem a docência em espaços específicos como os institutos de idiomas, escolas particulares, ou como professores particulares, alcançando um determinado prestígio e aceitação; por outro lado, os professores habilitados ainda estão na luta por alcançar um espaço de trabalho, em vista de que o mercado de trabalho que poderia absorvê-los, a escola regular pública, estadual ou municipal, não oferecem, ainda, um campo de trabalho promissor.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Espanhol, Cultura, Formação de Professores, Histórias de vida</p>
---	---

Coral da UFMS: de um “Canto” a outro a observação das práticas e sentidos da música na instituição

<p><i>Autor:</i> MANOEL CÂMARA RASSLAN <i>Data da defesa:</i> 05/10/2007 <i>Orientador(a):</i> Maria Adélia Menegazzo (UFMS) <i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^a. Dr. ^a Jussamara Vieira Souza (UFRGS) Prof^a. Dr. ^a Fabiany de Cássia Tavares Silva (UFMS)</p>	<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>A música coral tem integrado as diversas atividades artísticas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Dentre elas, atividades desenvolvidas sob a forma de extensão universitária direcionada à área cultural. Diante disso, esta pesquisa procura compreender a trajetória histórico-social da prática musical do canto coral na Instituição, configurada pela existência de quatro grupos do gênero no recorte temporal de 1997 a 2005. No lócus da pesquisa, o campus da Universidade em Campo Grande, MS, esta trajetória, embora interrompida por três vezes, permite que, através das fontes primárias - documentos dos órgãos da Administração Central e documentos específicos dos Coros, bem como fontes secundárias – imprensa escrita campo-grandense, sejam desvendados sentidos atribuídos à música, que reforçam a distinção da Instituição Educativa e sua vinculação à representação do ideal de civilização, progresso e desenvolvimento. Por sua vez, a localização da origem da prática coral na cidade e sua transposição como atividade aceita e incorporada pela Instituição permite revelar os fatores que as influenciam mutuamente e determinam suas funções e ações na sociedade.</p> <p>PALAVRAS-CHAVES: Cultura – Música – Sociedade.</p>
---	---

A influência da medida sócioeducativa de liberdade assistida na vida escolar do adolescente infrator no Município de Porto Velho-RO

<p><i>Autor:</i> RAIKA FABÍOLA GUZMAN DA SILVA</p> <p><i>Data da defesa:</i> 25/10/2007</p> <p><i>Orientador(a):</i> Maria de Lourdes Contini Jeffery (UFMS)</p> <p><i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Profª. Dr.ª Mônica Carvalho Magalhães Kassar (UFMS) Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro (UFMS)</p>	<p>RESUMO</p> <p>Esta pesquisa, intitulada <i>A influência da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida na vida escolar do adolescente infrator no município de Porto Velho, Estado de Rondônia</i>, teve por objetivo analisar, a partir de uma apresentação histórica do atendimento ao adolescente no Brasil, as interfaces da política educacional com a política da assistência social no que se refere às medidas de proteção especial no município em questão. Para tanto foram analisados relatos dos adolescentes e de seus familiares que cumpriam medida sócioeducativa de liberdade assistida e sobre a situação escolar de tais adolescentes. Os teóricos utilizados nas referidas análises foram Costa (1991), Senna (2003), Saviani (1985), Volpi (2001), Gramsci (1982), entre outros. O que pudemos perceber é que apesar das dificuldades enfrentadas para acompanhamento da medida, os técnicos têm conseguido, mesmo que de maneira lenta, fazer com que os adolescentes retomem suas atividades escolares e vislumbre melhores perspectivas de vida.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Estatuto da Criança e do Adolescente; Educação; Medidas sócioeducativas</p>
---	---

A disciplina de ética na formação do profissional do direito

<p><i>Autor:</i> SILVIA LETÍCIA MUNIN ZANCAN</p> <p><i>Data da defesa:</i> 20/11/2007</p> <p><i>Orientador(a):</i> Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório (UFMS)</p> <p><i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Profª. Dr.ª Margarita Victoria Rodríguez (UCDB) Profª. Drª. Alda Maria do Nascimento Osório (UFMS) Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro (UFMS)</p>	<p>RESUMO</p> <p>A reflexão filosófica e a preocupação educativa levam à indagação de como transformar informações em conhecimento, e ao questionamento sobre a construção da sociedade, situando-se inclusive o anseio em responder a pergunta sobre como se constitui a pessoa. Essas são perguntas fundamentais porque questionam sobre as raízes, a razão de ser das coisas. Partindo-se dessa premissa, desenvolveu-se uma pesquisa que objetiva analisar a atuação da Universidade no processo de educação ética dos alunos da graduação em Direito. A educação em ética visa à formação de sujeitos de direitos, agentes sociais, comprometidos com a mudança, participação, transformação e construção duma sociedade verdadeiramente democrática, humana e solidária. Neste processo explicita-se como a universidade, através da disciplina de ética, desperta a consciência do acadêmico de direito para o exercício profissional imbuído de responsabilidade social. Utilizou-se como referencial teórico a obra de Michel Foucault, na última fase de seu trabalho que trata da ética, pois segundo ele: "a ética é um modo de relacionamento do indivíduo consigo mesmo", ou seja: não se trata de propor um fundamento que volte a legitimar um código (ainda que mínimo), mas de perguntar-se pelo modo como o indivíduo se constitui enquanto sujeito moral de suas ações; supõe aceitar a variabilidade e a diversidade, pensar a ética como criação de e a partir da liberdade, e pensar o sujeito como obra de si mesmo. Utiliza-se a pesquisa documental, em caráter arqueológico, consultando registros de memórias que representam: o histórico do curso de direito no Brasil; o ensino de ética (enquanto disciplina de Graduação do Curso de Direito); e uma revisão bibliográfica acerca das concepções de ética e a formação ética. Por meio de análises arqueogenealógicas, em níveis de articulações implícitas e explícitas, se evidencia as relações de dominação e sujeição presentes em nossa sociedade, que levam a constituição da universidade como instituição disciplinar e do aluno como "agente moral". Constatou-se que o discurso emergente da ética, frente aos conflitos sociais, contradições e violências intermediadas pelo direito, não se reduzem aos ensinamentos acadêmicos, pois a ética é uma postura individual e coletiva frente aos compromissos com a realidade social, que não se limita à formação, e sim as atitudes pessoais de cada sujeito frente às regras e as normas sociais vigentes, sejam em nome de uma legalidade ou na preservação de valores sociais.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Foucault; Formação ética; Curso de Direito.</p>
---	---

**A produção do Conhecimento nos trabalhos
de Conclusão do Curso de Direito, com base em Michel Foucault:
a experiência da UNIR - CACOAL (2003-2004)**

<p><i>Autor:</i> JULINDA DA SILVA <i>Data da defesa:</i> 21/11/2007 <i>Orientador(a):</i> Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório (UFMS) <i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^a. Dr.^a Mariluce Bittar (UCDB) Prof^a. Dr^a. Alda Maria do Nascimento Osório (UFMS) Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro (UFMS)</p>	<p align="center">RESUMO</p> <p>Esta pesquisa teve como objetivos a análise da prática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como instrumento de iniciação à pesquisa no Curso de Direito; a percepção de qual a visão do aluno com relação a delimitação do assunto a ser tratado no Trabalho de Conclusão de Curso; a verificação dos caminhos percorridos pelos discentes na construção de seus trabalhos; a identificação de percepções dos alunos na pesquisa; a constatação do significado da pesquisa no curso de graduação; e a verificação da possível relevância social da pesquisa. Utilizou-se como suporte de estudo teórico e metodológico o referencial de Michel Foucault, entre outros estudiosos cujas obras contribuíram para feitura da pesquisa. O escopo da pesquisa de campo foi definido pela análise documental das monografias apresentadas pelos acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia, <i>campus</i> Cacoal-RO. Do conjunto maior de 46 monografias, apresentadas pelos alunos nos anos de 2003 e 2004, foram escolhidas 11 para análise, seguindo o critério de inter-relação do assunto proposto ao referencial teórico no discurso do direito, bem como o discurso nos relatórios monográficos. Todo o processo foi orientado pela necessidade de refletir sobre o papel do profissional do direito, bem como a repercussão social do trabalho do advogado.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: TCC, Produção de Conhecimento; Curso de Direito; Michel Foucault.</p>
--	--

**Programa de formação de professores alfabetizadores (PROFA):
um ressignificar da prática docente**

<p><i>Autor:</i> EDNEIA MARIA AZEVEDO MACHADO <i>Data da defesa:</i> 29/11/2007 <i>Orientador(a):</i> Prof^a. Dr^a. Alda Maria do Nascimento Osório (UFMS) <i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^a. Dr.^a Leny Rodrigues Martins Teixeira (UCDB) Prof^a. Dr.^a Maria Emília Borges Daniel (UFMS)</p>	<p align="center">RESUMO</p> <p>O presente estudo tem por objetivo conhecer as contribuições do curso de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) na prática pedagógica dos docentes que atuam nos primeiros anos do ensino fundamental na rede estadual de ensino no município de Ji-Paraná. A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi de caráter qualitativo, as técnicas para coleta de dados foram entrevista semi-estruturada realizada com doze (12) professoras, sendo dez (10) cursistas e duas (2) formadoras que participaram do PROFA no ano de 2001; observação nas aulas de Língua Portuguesa de quatro (4) professoras e análise de documentos. Para análise dos dados recorremos a Análise de Conteúdo. A análise dos dados levantados nos permite inferir que: há necessidade de repensar os cursos de formação continuada, tendo em vista o professor sujeito ativo neste processo. A participação no PROFA oportunizou uma reflexão mais aprofundada das questões de leitura e escrita, mas isto não garantiu de maneira direta mudanças na prática dos professores. O PROFA, pouco contribuiu para a ressignificação da a prática pedagógica, mas por outro lado apontou caminhos que podem ser retomados para esse ressignificar.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA); Formação Continuada; Professores Alfabetizadores.</p>
--	--

A Mediação Pedagógica na constituição do leitor

RESUMO	
<p><i>Autor:</i> SÔNIA MARA NITA <i>Data da defesa:</i> 03/12/2007 <i>Orientador(a):</i> Prof^ª. Dr^ª. Alda Maria do Nascimento Osório (UFMS) <i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^ª. Dr. ^a Maria Cristina Lima Paniago Lopes (UCDB) Prof^ª. Dr. ^a Alexandra Ayche Anache (UFMS)</p>	<p>Este estudo intitulado “A Mediação Pedagógica na Constituição do Leitor” originou-se da preocupação com as dificuldades dos alunos em relação a leitura e, buscando informações sobre esse fato educacional, focou-se em um dos meandros possíveis para tal acontecimento, o professor. A pesquisa teve como propósito investigar a mediação pedagógica da leitura de quatro professoras atuantes em turmas da 4^ª série do ensino fundamental, especificamente nas aulas de Língua Portuguesa de três escolas da rede Estadual do município de Cacoal/RO, bem conhecer suas concepções de leitura e instrumentos mediadores utilizados. Para tal, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, e observações em sala de aula. Com a análise desses dados, evidenciou-se que as professoras confundem-se nos conceitos de mediação e sobre as novas concepções de leitura. Em algumas práticas de mediação da leitura prevalece a concepção tradicional de ensino da leitura, e em algumas salas, o livro didático é a única fonte de leitura, restringindo o uso de outros materiais que possibilitariam o hábito de ler nos alunos. Constatou-se que em vários momentos as discussões sobre o texto são tratadas de maneira superficial, não há uma reflexão sobre elementos estruturais das tipologias textuais e seus efetivos usos no meio social. Destaca-se que apenas uma professora atua efetivamente como mediadora, disponibilizando atividades e materiais diferenciados que promovem a interação e interesse dos alunos pela leitura, e colaboram com a constituição do sujeito para uma prática social da leitura.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Mediação Pedagógica, Leitura; Professor.</p>

Altas habilidades na perspectiva da subjetividade

RESUMO	
<p><i>Autor:</i> CYNTHIA GARCIA OLIVEIRA <i>Data da defesa:</i> 04/12/2007 <i>Orientador(a):</i> Prof^ª. Dr^ª. Alexandra Ayche Anache (UFMS) <i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^ª. Dr. ^a Alda Maria do Nascimento Osório (UFMS) Prof^ª. Dr. ^a Fabiany de Cássia Tavares Silva (UFMS)</p>	<p>O presente estudo surge da preocupação com o descaso e a descontinuidade dos projetos voltados ao atendimento de estudantes com altas habilidades no Brasil, em particular no Estado de Mato Grosso do Sul. Considerando as pesquisas desenvolvidas em nível nacional e internacional sobre a temática, que têm tratado, em sua maioria, apenas dos aspectos descritivos sobre as características e os traços das altas habilidades, buscou-se neste estudo abordar aspectos da subjetividade dos sujeitos com altas habilidades, contribuindo para as discussões sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos. A pesquisa teve por objetivos compreender o sentido subjetivo das altas habilidades no processo de aprendizagem e estabelecer a inter-relação entre a subjetividade social e a subjetividade individual na configuração subjetiva dos sujeitos da pesquisa. Para a realização deste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa na perspectiva da subjetividade, tendo como referencial teórico a Psicologia histórico-cultural, uma vez que o objeto desta pesquisa refere-se ao sentido subjetivo das altas habilidades no processo de aprendizagem. Os sujeitos da pesquisa foram sete estudantes que participaram do Programa de Desenvolvimento das Potencialidades (PRODEP), seus respectivos pais e os três profissionais responsáveis pelo PRODEP, sendo uma professora de Matemática, uma professora de Biologia e uma Psicóloga. O enfoque da subjetividade a partir do referencial da Psicologia histórico-cultural, como menciona González Rey (2002), compreende que ela se desenvolve em um processo dinâmico em direta e indireta inter-relação com o meio histórico-cultural. Com base nesse referencial teórico, buscou-se compreender o sentido subjetivo dos sujeitos em um processo construtivo-interpretativo, atingindo novos campos de inteligibilidade no que se refere à educação direcionada aos estudantes que apresentam altas habilidades. As informações obtidas neste estudo indicam que a inter-relação entre a subjetividade social e a individual possibilita a compreensão em profundidade das configurações subjetivas das altas habilidades no processo de aprendizagem, superando o caráter descritivo e linear da maioria das pesquisas desenvolvidas em nível nacional e internacional. O presente estudo evidenciou que tais traços e características apontados pela literatura, até o momento, nem sempre aparecem em todos os sujeitos com altas habilidades e que conhecer as características das altas habilidades pouco ajuda no que se refere ao processo de desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos. Essa constatação leva à conclusão de que os estudos sobre as características e os traços das altas habilidades não oferece contribuições significativas no que se refere ao processo de desenvolvimento e aprendizagem daqueles sujeitos. É importante e necessário conhecer as características gerais das altas habilidades apresentadas pela literatura, porém, além disso, é relevante e imprescindível conhecer o sujeito como ator e possuidor de emotividade, afetividade e como o desenvolvimento de suas altas habilidades configura-se em sua personalidade de maneira singular.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Altas habilidades; Subjetividade; Desenvolvimento; Aprendizagem.</p>

A Municipalização da Educação Infantil em Campo Grande Pós LDB/1996

<p><i>Autor:</i> KATIA REGINA NUNES RIBEIRO MOTTI</p> <p><i>Data da defesa:</i> 14/12/2007</p> <p><i>Orientador(a):</i> Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes Jeffery Contini (UFMS)</p> <p><i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^ª. Dr.^a Ângela Maria Costa (UFMS) Prof^ª. Dr.^a Ordália Alves de Almeida (UFMS)</p>	<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>Esta pesquisa busca compreender o processo de municipalização da política de educação infantil em Campo Grande/MS, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, destacando a relação de colaboração mútua entre as esferas de governo federal, estadual e municipal e a da responsabilidade dos municípios pelo serviço de educação infantil. A metodologia utilizada foi a análise documental que permitiu a compreensão do conceito e dos objetivos da educação infantil. Foram pesquisadas leis que versam sobre a educação infantil, deliberações do Conselho Municipal de Educação, dentre outros. Abrangeu, também, o levantamento histórico do atendimento à criança, além dos movimentos político e social em defesa da política de educação infantil, considerando-a primeira etapa da educação básica e o desenvolvimento integral da criança. A política brasileira de educação infantil apresenta-se, nos últimos anos, como resposta para várias instigações. Em meados dos anos de 1970, os movimentos sociais trouxeram o tema para a agenda de suas exigências. Nos anos de 1980, pressões em diversos sentidos provocaram, de um lado, a expansão do atendimento à infância e, de outro, a consciência social e pedagógica acerca da educação infantil como um direito das crianças. No âmbito do município de Campo Grande, fez-se uma discussão sobre a situação da educação infantil no foco da pesquisa, chegando-se à compreensão dos avanços e impasses que ainda inviabilizam a integração ao sistema municipal de ensino. Os levantamentos apontam que a completude do processo de municipalização da educação infantil está relacionada ao nível de compreensão sobre a gestão nesse campo no contexto educacional e na vida dos seres humanos.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Educação infantil, Municipalização.</p>
---	---

A Criança como sujeito de direitos: as contradições das Políticas de Educação Infantil e de Proteção Especial nos Abrigos do Município de Campo Grande/MS no período de 2000 a 2004

<p><i>Autor:</i> LILIAN REGINA ZEOLA</p> <p><i>Data da defesa:</i> 19/12/2007</p> <p><i>Orientador(a):</i> Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes Jeffery Contini (UFMS)</p> <p><i>Banca</i> <i>Examinadora:</i> Prof^ª. Dr.^a Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB) Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro (UFMS)</p>	<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>Neste trabalho foram investigadas as ações da Política de Educação Infantil no que concerne aos direitos das crianças abrigadas frequentarem os Centros de Educação Infantil. Foram analisadas as Políticas de Proteção Especial, cujas crianças abrigadas em instituições de abrigo governamentais e não governamentais no município de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, as quais tiveram seus direitos ameaçados ou violados na convivência familiar. Nessa perspectiva, foi objetivada a compreensão dessa situação, se há a possibilidade de convergência de atuação entre essas duas políticas sociais, a fim de garantir os direitos às crianças. Foram analisados de que forma os direitos confirmados nos documentos oficiais foram exercidos na prática diária com essas crianças, dentro do contexto social e político da sociedade capitalista. Desta forma, foi investigada a possível interface entre as políticas de Educação Infantil e as políticas de Proteção Especial, utilizando como metodologia de pesquisa a análise dos documentos oficiais referentes à infância, bem como a observação das práticas nos abrigos. Dentre os documentos que foram analisados, destacamos: a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), o Plano Nacional de Educação (2000), que foram marcos na história da infância e estão presentes nas conquistas obtidas na área. Foi constatada que a proporção de abrigos não-governamentais no município de Campo Grande demonstra claramente a dimensão política presente na relação público-privado, na qual foi verificada a retirada do município das políticas públicas sociais, demonstrando sua consonância com as ações neoliberais. Assim, a retirada proposital do Estado na execução das políticas públicas e sua suposta fragilidade nas áreas sociais, vêm incentivando os grupos particulares, as instituições filantrópicas e as organizações religiosas a ocuparem este lugar, o que desconfigurando completamente a função do Estado no que concerne às suas obrigações de implementar e executar ações que possibilitem a viabilização de políticas públicas sociais. Neste cenário, foi constatada que a interface entre a Política de Educação Infantil e a Política de Proteção Especial, apesar dos documentos oficiais garantirem legalmente tais ações, não foram efetivadas na realidade das instituições que oferecem serviços denominados abrigos governamentais e não-governamentais no período de 2000 a 2004 no município de Campo Grande/MS.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Política de Educação Infantil, Crianças abrigadas, Política de Proteção Especial.</p>
--	--